

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	10
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	20
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	21
Demonstração de Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
Notas Explicativas	27

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	157.556.860
Preferenciais	0
Total	157.556.860
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	10/03/2011	Dividendo	12/04/2011	Ordinária		1,91060
Reunião do Conselho de Administração	21/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	19/01/2011	Ordinária		0,85825

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.355.740	1.362.219
1.01	Ativo Circulante	399.929	401.497
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	142.896	177.275
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.084	6.118
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.084	6.118
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	7.084	6.118
1.01.03	Contas a Receber	216.535	178.974
1.01.03.01	Clientes	216.535	178.974
1.01.03.01.01	Contas a Receber	234.430	195.195
1.01.03.01.02	Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa	-17.895	-16.221
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.567	24.657
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.567	24.657
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.847	14.473
1.01.08.03	Outros	15.847	14.473
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	847	4.097
1.01.08.03.02	Outros Ativos	15.000	10.376
1.02	Ativo Não Circulante	955.811	960.722
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	228.213	262.039
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	52.630	49.731
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	52.630	49.731
1.02.01.03	Contas a Receber	17.244	29.377
1.02.01.03.01	Clientes	5.250	14.807
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.994	14.570
1.02.01.06	Tributos Diferidos	144.811	155.115
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	144.811	155.115
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.429	21.900
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	9.429	21.900
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.099	5.916
1.02.01.09.03	Depositos Judiciais	4.099	5.916
1.02.02	Investimentos	137.318	114.068
1.02.02.01	Participações Societárias	137.318	114.068
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	137.318	114.068
1.02.03	Imobilizado	41.096	29.792
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	41.096	29.792
1.02.04	Intangível	549.184	554.823
1.02.04.01	Intangíveis	549.184	554.823

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.355.740	1.362.219
2.01	Passivo Circulante	242.615	219.083
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.705	52.141
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.195	7.168
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	57.510	44.973
2.01.02	Fornecedores	9.856	9.205
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	9.856	9.205
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.916	1.805
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.916	1.805
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.916	1.805
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	99.970	73.283
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	52.257	59.289
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	52.257	59.289
2.01.04.02	Debêntures	47.122	12.155
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	591	1.839
2.01.05	Outras Obrigações	64.168	82.649
2.01.05.02	Outros	64.168	82.649
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	356	33.139
2.01.05.02.04	Comissões a pagar	43.615	36.596
2.01.05.02.05	Obrigações por aquisição de investimentos	16.762	10.382
2.01.05.02.06	Outros Passivos	3.435	2.532
2.02	Passivo Não Circulante	471.690	523.274
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	298.523	342.130
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	135.905	156.230
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	135.905	156.230
2.02.01.02	Debêntures	162.516	185.795
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	102	105
2.02.02	Outras Obrigações	54.937	54.075
2.02.02.02	Outros	54.937	54.075
2.02.02.02.03	Obrigações por Aquisição de Investimentos	54.937	54.074
2.02.02.02.04	Outros Passivos	0	1
2.02.03	Tributos Diferidos	112.864	119.708
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	112.864	119.708
2.02.04	Provisões	5.366	7.361
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.400	5.876
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	616	545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.201	3.603
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	583	1.728
2.02.04.02	Outras Provisões	966	1.485
2.02.04.02.04	Provisões para Perdas em Investimentos	966	1.485
2.03	Patrimônio Líquido	641.435	619.862
2.03.01	Capital Social Realizado	408.833	406.489
2.03.02	Reservas de Capital	65.191	60.406
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	14.330	14.330
2.03.02.04	Opções Outorgadas	11.855	7.070

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02.07	Reserva de Ágio	31.557	31.557
2.03.02.08	Debêntures convertidas em ações (valor justo)	7.449	7.449
2.03.04	Reservas de Lucros	170.009	155.153
2.03.04.01	Reserva Legal	18.885	11.975
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	151.124	143.178
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.598	-2.186

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	253.588	504.672	214.858	417.350
3.01.01	Taxas de Licenciamento	55.224	118.410	47.289	90.923
3.01.02	Serviços	53.789	103.410	46.963	87.934
3.01.03	Manutenção	144.575	282.852	120.606	238.493
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.959	-126.853	-61.044	-119.518
3.02.01	Custo das Taxas de Licenciamento	-7.562	-14.904	-4.013	-6.580
3.02.02	Custo de Serviços	-59.397	-111.949	-57.031	-112.938
3.03	Resultado Bruto	186.629	377.819	153.814	297.832
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-134.543	-271.939	-110.988	-212.899
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.938	-28.476	-11.185	-22.984
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.771	-31.432	-15.716	-30.803
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-106.180	-206.624	-85.108	-160.943
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-34.988	-67.648	-26.609	-52.371
3.04.05.02	Despesas com Propagandas	-8.666	-12.466	-8.296	-13.596
3.04.05.03	Comissões	-33.350	-67.524	-25.474	-47.410
3.04.05.04	Honorários da Administração	-8.160	-16.343	-6.138	-9.985
3.04.05.05	Depreciação e Amortização	-19.621	-38.160	-17.157	-34.120
3.04.05.06	Prov. para Crédito de LÍq. Duvidosa	-1.267	-4.315	-1.356	-3.235
3.04.05.08	Outras Receitas e Despesas Op. Líq.	-128	-168	-78	-226
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.346	-5.407	1.021	1.831
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	52.086	105.880	42.826	84.933
3.06	Resultado Financeiro	-8.033	-17.081	-6.722	-15.909
3.06.01	Receitas Financeiras	6.427	14.973	4.523	9.160
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.460	-32.054	-11.245	-25.069
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	44.053	88.799	36.104	69.024
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.902	-19.658	-895	-5.236
3.08.01	Corrente	-5.940	-15.986	-3.052	-7.182

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.08.02	Diferido	-1.962	-3.672	2.157	1.946
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	36.151	69.141	35.209	63.788
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	36.151	69.141	35.209	63.788
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,23	0,44	0,23	0,41
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,22	0,42	0,21	0,39

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	36.151	69.141	35.209	63.788
4.02	Outros Resultados Abrangentes	203	412	-202	309
4.02.01	Variação Cambial de Investimentos no Exterior	307	624	-306	468
4.02.02	Imposto de Renda Diferido	-104	-212	104	-159
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.354	69.553	35.007	64.097

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	147.226	66.916
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	146.188	118.801
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	69.141	63.788
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	38.160	34.120
6.01.01.03	Pagamento Baseado em Ações	4.785	1.971
6.01.01.04	Ganho na Venda de Ativo Permanente	1.128	417
6.01.01.05	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	4.315	3.235
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.672	-1.946
6.01.01.07	Equivalência Patrimonial	5.407	-1.831
6.01.01.08	Juros e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidos	20.806	16.965
6.01.01.09	Perda em Investimentos	250	1.343
6.01.01.10	Provisão (Reversão) para Contingências	-1.476	739
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.038	-51.885
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-32.319	-9.049
6.01.02.02	Dividendos Recebidos	3.250	2.744
6.01.02.03	Outros Ativos	5.042	-16.226
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	1.817	-475
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.564	3.457
6.01.02.06	Fornecedores	651	-31.609
6.01.02.07	Comissões a Pagar	7.019	1.301
6.01.02.08	Impostos a Pagar	1.111	-1.232
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	903	-796
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-71.626	-5.102
6.02.01	Aquisição de Controladas Líquido de Caixa	0	2
6.02.02	Adição de Investimentos	-28.212	-13.923
6.02.03	Adição de Intangíveis à Vista	-666	-1.313
6.02.04	Obrigações por Aquisição de Investimentos/Intangível	-21.106	0
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	-3.865	15.974
6.02.06	Valor da Venda de Ativos Imobilizados	0	43
6.02.08	Aquisição de Ativo Imobilizado	-17.777	-5.885
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-109.979	-92.392
6.03.01	Empréstimos Bancários	-36.475	-11.398
6.03.02	Crédito com Empréstimos	12.471	0
6.03.03	Dividendos Pagos	-87.068	-69.155
6.03.04	Obrigações de Arrendamento Mercantil	-1.251	0
6.03.05	Integralização de Capital	2.344	0
6.03.06	Crédito com empresas ligadas	0	-11.839
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.379	-30.578
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	177.275	161.860
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	142.896	131.282

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	406.489	60.406	155.153	0	-2.186	619.862
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	406.489	60.406	155.153	0	-2.186	619.862
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.344	4.785	-54.285	0	0	-47.156
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	2.344	4.785	0	0	0	7.129
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.285	0	0	-54.285
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	68.435	-412	68.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	68.435	0	68.435
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-412	-412
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-412	-412
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	408.833	65.191	100.868	68.435	-2.598	640.729

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	376.493	48.851	101.699	0	-1.977	525.066
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	376.493	48.851	101.699	0	-1.977	525.066
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.971	-43.526	0	0	-41.555
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.971	0	0	0	1.971
5.04.06	Dividendos	0	0	-43.526	0	0	-43.526
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-8.395	63.788	309	55.702
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.788	0	63.788
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-8.395	0	309	-8.086
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	309	309
5.05.02.06	Ajustes de Combinações de Negócios	0	0	-8.395	0	0	-8.395
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	376.493	50.822	49.778	63.788	-1.668	539.213

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	533.864	443.154
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	538.347	446.615
7.01.02	Outras Receitas	-168	-226
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.315	-3.235
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-165.104	-155.020
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.308	-9.348
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-150.796	-145.672
7.03	Valor Adicionado Bruto	368.760	288.134
7.04	Retenções	-38.161	-34.120
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.161	-34.120
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	330.599	254.014
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.335	10.991
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-5.408	1.831
7.06.02	Receitas Financeiras	13.743	9.160
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	338.934	265.005
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	338.934	265.005
7.08.01	Pessoal	148.081	111.945
7.08.01.01	Remuneração Direta	124.378	93.577
7.08.01.02	Benefícios	14.202	10.583
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.501	7.785
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	85.990	59.494
7.08.02.01	Federais	72.973	48.490
7.08.02.02	Estaduais	58	28
7.08.02.03	Municipais	12.959	10.976
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	35.722	29.777
7.08.03.01	Juros	27.098	22.835
7.08.03.02	Aluguéis	8.624	6.942
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.141	63.789
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	69.141	63.789

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	1.393.512	1.415.397
1.01	Ativo Circulante	529.948	528.678
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	201.712	232.508
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.224	6.317
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	7.224	6.317
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	7.224	6.317
1.01.03	Contas a Receber	276.014	243.129
1.01.03.01	Clientes	276.014	243.129
1.01.03.01.01	Contas a Receber	302.476	264.029
1.01.03.01.02	Provisão de Créditos de Líq. Duvidosa	-26.462	-20.900
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.844	29.894
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.844	29.894
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.154	16.830
1.01.08.03	Outros	22.154	16.830
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	0	800
1.01.08.03.02	Outros Ativos	22.154	16.030
1.02	Ativo Não Circulante	863.564	886.719
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	240.714	256.303
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	52.909	50.129
1.02.01.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	52.909	50.129
1.02.01.03	Contas a Receber	18.396	30.170
1.02.01.03.01	Clientes	5.250	14.807
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.146	15.363
1.02.01.06	Tributos Diferidos	165.310	170.088
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	165.310	170.088
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.099	5.916
1.02.01.09.03	Depósito Judicial	4.099	5.916
1.02.02	Investimentos	0	8
1.02.02.01	Participações Societárias	0	8
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	0	8
1.02.03	Imobilizado	48.256	36.535
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	48.256	36.535
1.02.04	Intangível	574.594	593.873
1.02.04.01	Intangíveis	574.594	593.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	1.393.512	1.415.397
2.01	Passivo Circulante	275.204	255.215
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	84.773	69.072
2.01.01.01	Obrigações Sociais	10.641	9.302
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	74.132	59.770
2.01.02	Fornecedores	15.602	17.363
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.602	17.363
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.907	5.903
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.907	5.903
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.907	5.903
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	101.057	76.107
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	53.316	62.029
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	53.316	62.029
2.01.04.02	Debêntures	47.122	12.155
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	619	1.923
2.01.05	Outras Obrigações	67.865	86.770
2.01.05.02	Outros	67.865	86.770
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	719	34.302
2.01.05.02.04	Comissões a Pagar	45.467	38.581
2.01.05.02.05	Obrigações por Aquisição de Investimento	16.902	10.581
2.01.05.02.06	Outros Passivos	4.777	3.306
2.02	Passivo Não Circulante	476.383	528.606
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	299.652	342.139
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	137.027	156.230
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	137.027	156.230
2.02.01.02	Debêntures	162.516	185.795
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	109	114
2.02.02	Outras Obrigações	57.557	57.040
2.02.02.02	Outros	57.557	57.040
2.02.02.02.03	Obrigações por Aquisição de Investimentos	55.216	54.472
2.02.02.02.04	Outros Passivos	2.341	2.568
2.02.03	Tributos Diferidos	114.774	123.551
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	114.774	123.551
2.02.04	Provisões	4.400	5.876
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.400	5.876
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	616	545
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.201	3.603
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	583	1.728
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	641.925	631.576
2.03.01	Capital Social Realizado	408.833	406.489
2.03.02	Reservas de Capital	65.191	60.406
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	14.330	14.330
2.03.02.04	Opções Outorgadas	11.855	7.070
2.03.02.07	Reserva de Ágio	31.557	31.557
2.03.02.08	Debêntures convertidas em ações (Valor Justo)	7.449	7.449

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04	Reservas de Lucros	170.009	154.485
2.03.04.01	Reserva Legal	18.885	11.975
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	151.124	142.510
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-2.598	-2.186
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	490	12.382

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	315.196	620.214	270.128	530.550
3.01.01	Taxas de Licenciamento	73.502	154.335	63.654	121.609
3.01.02	Serviços	92.252	173.847	82.005	159.453
3.01.03	Manutenção	149.442	292.032	124.469	249.488
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-100.948	-196.832	-93.961	-188.338
3.02.01	Custos das Taxas de Licenciamento	-8.544	-16.270	-6.933	-11.878
3.02.02	Custos dos Serviços	-92.404	-180.562	-87.028	-176.460
3.03	Resultado Bruto	214.248	423.382	176.167	342.212
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-162.542	-320.131	-132.620	-257.109
3.04.01	Despesas com Vendas	-22.632	-43.022	-16.576	-34.212
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.991	-36.127	-17.911	-36.183
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-122.919	-240.982	-98.133	-186.714
3.04.05.01	Pesquisa e Desenvolvimento	-44.518	-87.169	-36.186	-69.660
3.04.05.02	Despesas com Propaganda	-9.281	-13.362	-8.770	-14.535
3.04.05.03	Comissões	-35.571	-71.896	-27.468	-50.663
3.04.05.04	Remuneração dos Administradores	-8.763	-18.076	-7.653	-12.635
3.04.05.05	Depreciação e Amortização	-21.424	-41.230	-19.200	-38.483
3.04.05.06	Prov. para Crédito de LÍq. Duvidosa	-3.221	-9.071	-2.464	-4.661
3.04.05.07	Outras Receitas Op. Liq.	-141	-178	3.608	3.923
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	51.706	103.251	43.547	85.103
3.06	Resultado Financeiro	-6.236	-14.388	-5.799	-14.818
3.06.01	Receitas Financeiras	8.727	18.745	5.867	11.438
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.963	-33.133	-11.666	-26.256
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	45.470	88.863	37.748	70.285
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.338	-19.168	-3.067	-7.753
3.08.01	Corrente	-10.465	-22.522	-6.295	-11.840
3.08.02	Diferido	1.127	3.354	3.228	4.087

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	36.132	69.695	34.681	62.532
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	36.132	69.695	34.681	62.532
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	36.151	69.141	35.209	63.788
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-19	554	-528	-1.256
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,23	0,44	0,22	0,4
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,22	0,42	0,21	0,38

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	36.132	69.695	34.681	62.532
4.02	Outros Resultados Abrangentes	203	412	-202	309
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	36.335	70.107	34.479	62.841
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	36.354	69.553	35.007	64.097
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-19	554	-528	-1.256

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	136.109	50.149
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	141.730	120.610
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	69.695	62.532
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	41.230	38.483
6.01.01.03	Pagamento Baseado em Ações	4.785	1.971
6.01.01.04	Ganho na Venda de Ativo Permanente	2.086	3.273
6.01.01.05	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	9.071	4.661
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-3.354	-4.087
6.01.01.07	Juros e Variações Cambiais e Monetárias, Líquidos	20.247	17.251
6.01.01.08	Provisão (Reversão) para Contingências	-1.476	739
6.01.01.09	Participação de Acionistas não Controladores	-554	-4.213
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5.621	-70.461
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-32.399	-21.665
6.01.02.02	Dividendos Recebidos	800	0
6.01.02.03	Outros Ativos	3.143	-18.896
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	1.817	-475
6.01.02.05	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.701	5.850
6.01.02.06	Fornecedores	-1.761	-36.064
6.01.02.07	Comissões a Pagar	6.886	2.441
6.01.02.08	Impostos a Pagar	4	-1.291
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	188	-361
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-43.597	5.320
6.02.03	Obrigações por Aquisição de Investimentos/Intangível	-21.284	0
6.02.04	Adição de Intangíveis	590	-6.618
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	-3.687	19.101
6.02.06	Valor da Venda de Ativos Imobilizados	0	43
6.02.07	Redução de Investimentos por Venda ou Incorporação de Controlada	0	2
6.02.08	Aquisição de Ativo Imobilizado	-19.216	-7.208
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-123.308	-80.127
6.03.01	Empréstimos Bancários	-36.475	-11.398
6.03.02	Dividendos Pagos	-87.868	-68.729
6.03.03	Obrigações de Arrendamento Mercantil	-1.309	0
6.03.04	Integralização de Capital	2.344	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.796	-24.658
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	232.508	207.721
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	201.712	183.063

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	406.489	60.406	154.485	0	-2.186	619.194	12.382	631.576
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	406.489	60.406	154.485	0	-2.186	619.194	12.382	631.576
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.344	4.785	-53.617	0	0	-46.488	-12.446	-58.934
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	2.344	4.785	0	0	0	7.129	0	7.129
5.04.06	Dividendos	0	0	-54.285	0	0	-54.285	0	-54.285
5.04.08	Redução por aquisição de não controladores	0	0	668	0	0	668	-12.446	-11.778
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.141	-412	68.729	554	69.283
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.141	0	69.141	554	69.695
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-412	-412	0	-412
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-412	-412	0	-412
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	408.833	65.191	100.868	69.141	-2.598	641.435	490	641.925

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	376.493	48.851	101.699	0	-1.977	525.066	16.959	542.025
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	376.493	48.851	101.699	0	-1.977	525.066	16.959	542.025
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.971	-43.526	0	0	-41.555	1.354	-40.201
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	1.354	1.354
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.971	0	0	0	1.971	0	1.971
5.04.06	Dividendos	0	0	-43.526	0	0	-43.526	0	-43.526
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-8.395	63.788	309	55.702	-11.608	44.094
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.788	0	63.788	-1.256	62.532
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-8.395	0	309	-8.086	-10.352	-18.438
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	309	309	0	309
5.05.02.06	Ajustes de combinação de negócios	0	0	-8.395	0	0	-8.395	0	-8.395
5.05.02.07	Redução em função de aquisição de participações minoritárias	0	0	0	0	0	0	-10.352	-10.352
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	376.493	50.822	49.778	63.788	-1.668	539.213	6.705	545.918

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	653.003	568.550
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	662.128	569.241
7.01.02	Outras Receitas	-54	3.970
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-9.071	-4.661
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-221.189	-213.882
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-17.080	-18.282
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-204.109	-195.600
7.03	Valor Adicionado Bruto	431.814	354.668
7.04	Retenções	-41.232	-38.211
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.232	-38.211
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	390.582	316.457
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.514	11.439
7.06.02	Receitas Financeiras	17.514	11.439
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	408.096	327.896
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	408.096	327.896
7.08.01	Pessoal	197.804	155.233
7.08.01.01	Remuneração Direta	166.340	128.905
7.08.01.02	Benefícios	19.185	16.515
7.08.01.03	F.G.T.S.	12.279	9.813
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	103.643	78.159
7.08.02.01	Federais	87.413	64.007
7.08.02.02	Estaduais	160	7
7.08.02.03	Municipais	16.070	14.145
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.508	31.696
7.08.03.01	Juros	27.879	23.795
7.08.03.02	Aluguéis	9.583	7.794
7.08.03.03	Outras	46	107
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.141	62.808
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	69.695	63.789
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-554	-981

Comentário do Desempenho

A TOTVS S.A., líder na atividade de desenvolvimento e comercialização de software de gestão empresarial integrada e na prestação de serviços relacionados no Brasil, apresenta seus resultados do 2º trimestre de 2011.

Receita Líquida

Entre 2T11 e 2T10, a receita líquida cresceu 16,7%, totalizando R\$315,196 milhões. Com esse montante de receita, a Companhia atinge a marca de 22 trimestres consecutivos com crescimento orgânico de 2 dígitos e estabelece novo recorde trimestral de receita.

Tal crescimento de receita do trimestre está em linha com o crescimento do semestre, tendo a receita líquida totalizado R\$620,214 milhões (+16,9% vs. 1S10).

Receita de Taxas de Licenciamento

A receita de taxas de licenciamento totalizou R\$154,335 milhões no 1S11, crescimento de 26,9% sobre 1S10. No trimestre, essa linha de receita totalizou R\$73,502 milhões, 15,5% superior a 2T10. Na comparação com o 1T11, a receita de licença apresentou redução de 9,1%, devido principalmente à significativa contribuição do modelo corporativo no primeiro trimestre deste ano.

Importante ressaltar que a receita de taxa de licenciamento tem se mantido com representatividade acima de 23% da receita bruta total (24,9%, no 1S11, e 23,3%, no 2T11), o que, dentro do modelo de receita da Companhia, tende a afetar positivamente as linhas de serviços de implementação e de manutenção.

Receita de Serviços

A receita de serviços cresceu 12,5% entre o 2T11 e o 2T10, mais que o dobro do percentual de crescimento entre 1T11 e 1T10, atingindo o recorde trimestral de R\$92,252 milhões. Na comparação com o 1T11, a receita de serviços cresceu 13,1%, demonstrando o impacto de sazonalidade negativa do primeiro trimestre e da melhoria contínua de produtividade das equipes de serviços.

Receita de Manutenção

No 2T11, a receita de manutenção totalizou R\$149,442 milhões, 20,1% superior aos R\$124,469 milhões do 2T10. No semestre, a receita de manutenção já acumulou R\$292,032 milhões, 17,1% acima do mesmo período do ano anterior.

O crescimento da receita de manutenção resulta principalmente das vendas de licenças realizadas em trimestres anteriores e do reajuste dos contratos de manutenção nas respectivas datas de “aniversário”. Assim, uma parte da base de contratos de manutenção completa aniversário em cada mês do ano, sendo reajustada com base em índices de inflação acumulados dos últimos 12 meses.

Custo das Taxas de Licenciamento

O custo com soluções de terceiros, vendidas pela TOTVS, apresentados na linha de custo das taxas de licenciamento, correspondeu a 11,6% da receita de taxas de licenciamento do 2T11, ante 10,9% no

Comentário do Desempenho

2T10. Esse aumento de participação decorre do aumento das vendas de soluções complementares de terceiros (ex.: bancos de dados), impulsionadas pelas vendas de soluções TOTVS.

A TOTVS mantém seus investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento de soluções próprias, tanto em software de gestão, quanto na plataforma de tecnologia, buscando obter melhores condições comerciais junto aos provedores dessas soluções complementares a fim de limitar a participação de tais custos frente às licenças vendidas.

Custo dos Serviços e das Vendas

No 1S11, o custo dos serviços e vendas apresentou crescimento de 2,3% sobre 1S10, percentual inferior ao crescimento de 9,7% da receita de serviços no mesmo período. O mesmo comportamento é observado na comparação entre o 2T11 e o 2T10.

Pesquisa e Desenvolvimento

Entre 1S10 e 1S11, as despesas com P&D passaram de 13,1% para 14,1% da receita líquida total. Tal crescimento está ligado, entre outros projetos, à integração de soluções verticais e horizontais para a formação das ofertas por segmento; à equalização das plataformas tecnológicas; e ao projeto para a interatividade do Sistema Brasileiro de TV Digital (TQTV), que representou aproximadamente R\$5,8 milhões de P&D no 1S11.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D) cresceram 4,4% entre o 2T11 e 1T11. Esse crescimento resultou principalmente do reajuste salarial das equipes de desenvolvimento localizadas em São Paulo, por conta do dissídio coletivo definido pela Justiça do Trabalho, mencionado no início desta seção.

A Administração entende que a manutenção de investimentos significativos em P&D contribuirá para a evolução e inovação do portfólio de soluções da Companhia e, consequentemente, para o aumento de oportunidades de vendas futuras. No entanto, a Administração busca melhorar a eficiência nos investimentos em P&D ao longo dos próximos anos, de forma que essa linha atinja o patamar de 12% da receita líquida até 2016, por meio da diluição natural decorrente do crescimento de vendas em ritmo superior ao dos investimentos.

Despesas com Propaganda

As despesas com propaganda cresceram 5,8% entre o 2T11 e o 2T10. No 1S11, as despesas com propaganda representaram 2,2% da receita líquida total, contra 2,7% no mesmo período do ano anterior. Historicamente, a campanha publicitária se inicia entre o final do primeiro trimestre e o início do segundo trimestre, o que tem levado as despesas com propaganda a apresentarem uma maior concentração no segundo semestre de cada ano.

Despesas de Vendas

No 2T11, as despesas de vendas cresceram 11,0% em relação ao 1T11. Na comparação de 1S11 e 1S10, as despesas de vendas apresentaram crescimento de 25,8%. Essas variações acima do crescimento de receita líquida refletem a ampliação do time próprio de vendas, pela criação de estruturas segmentadas

Comentário do Desempenho

no 1T11 e pela incorporação de equipes de vendas oriundas do processo de consolidação dos canais de distribuição da Companhia concluído em 2010.

Despesas com Comissões

As despesas com comissões representaram 11,3% da receita líquida do 2T11, contra 10,2% no 2T10. Esta variação reflete o aumento de participação das franquias no mix de vendas entre os canais de distribuição (próprios e franquias) no período.

Historicamente, o mix de vendas apresenta oscilações em sua composição no curto prazo, demonstrando o desempenho de vendas dos canais diretos e indiretos. No longo prazo, a composição do mix de vendas tem se mostrado equilibrada. As despesas com comissões dos últimos doze meses representaram 10,6% da receita líquida total, dentro dos patamares históricos apresentados pela Companhia.

Despesas Gerais e Administrativas

No trimestre, as despesas gerais e administrativas (DGA) totalizaram R\$16,991 milhões, redução de 5,1% sobre os R\$17,911 milhões do 2T10. No 1S11, DGA tiveram redução de 0,2% sobre 1S10.

A Administração mantém em curso seu programa permanente de melhoria dos processos e sistemas internos, que visa manter o crescimento dessas despesas abaixo do crescimento de receita líquida, como resultado dos ganhos de escala e de eficiência da estrutura administrativa.

Honorários da Administração

As despesas com honorários da administração totalizaram R\$8,763 milhões no 2T11, redução de 5,9% sobre o 1T11. Na análise 1S11 vs. 1S10, os honorários da administração cresceram 43,1%, principalmente influenciado pelo provisionamento adicional decorrente dos dois lotes de opções de ações outorgadas aos executivos em 2010, segundo as normas internacionais de contabilidade (IFRS), que representaram aproximadamente R\$2,8 milhões de honorários adicionais no período.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida a partir da análise da composição da carteira de recebíveis da Companhia. No 2T11, a despesa com essa provisão totalizou R\$3,221 milhões (+30,7% sobre 2T10 e -44,9% sobre 1T11), dos quais R\$1,020 milhão refere-se às operações no mercado internacional. No semestre, o mercado internacional representou aproximadamente R\$3,5 milhões do total de R\$9,071 milhões de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Depreciação e Amortização

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$21,424 milhões, dos quais R\$17,318 milhões referem-se à amortização de intangíveis e R\$4,106 milhões à depreciação do ativo imobilizado.

Comentário do Desempenho

EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA totalizou R\$73,130 milhões no 2T11, crescimento de 16,5% sobre o 2T10. No 1S11, o EBITDA apresentou crescimento de 16,9% sobre o 1S10. Ambos os períodos tiveram crescimento em linha com o crescimento de receita, consequentemente, a margem EBITDA manteve-se em 23,2% no trimestre e 23,3% no semestre.

No 1S11, as operações no mercado internacional acumularam EBITDA negativo de R\$6,510 milhões, ante R\$8,755 milhões no 1S10. No 2T11, o EBITDA negativo do mercado internacional totalizou de R\$4,158 milhões e R\$5,040 milhões no 2T10.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido (Consolidado) de 2T11 cresceu 4,2%. Esse crescimento inferior ao observado no EBITDA deve-se principalmente ao provisionamento adicional decorrente das opções de compra de ações outorgadas aos executivos (vide item “Honorários da Administração”), que são despesas não dedutíveis para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, elevando a taxa efetiva de tributação da Companhia.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Totvs S.A., (a seguir designada como “Controladora”, “Totvs”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada na Av. Braz Leme, 1639 2º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo suas ações negociadas na BM&F BOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

A Companhia tem por objeto o desenvolvimento e a comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, a prestação de serviços de implantação, consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionados. Os principais softwares desenvolvidos pela Companhia são aplicativos do tipo *Enterprise Resource Planning* (ERP) e têm por objetivo integrar eletronicamente os níveis estratégico e operacional de uma empresa usuária, permitindo a criação de fluxo de informações que contemplem as necessidades operacionais e de informações gerenciais das diferentes áreas da empresa usuária do software. As principais áreas contempladas pelo ERP da Companhia são: administração, finanças, operações, industrial, recursos humanos e atendimento a clientes.

As Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Totvs foram aprovadas na Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de julho de 2011.

Todos os valores apresentados nestas Informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, a Companhia efetuou importantes transações envolvendo combinações de negócios e incorporação de subsidiárias conforme divulgado na Nota 3.

Os dados não financeiros incluídos neste relatório, tais como número de clientes, *ticket* médio, *market share*, entre outros, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

2. Políticas Contábeis

As Informações Contábeis intermediárias da controladora e consolidado para o período findo em 30 de junho de 2011 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR, e as Informações Contábeis intermediárias consolidada foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo o IAS 34 aplicáveis à elaboração das informações intermediárias, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais - ITR.

As Informações contábeis intermediárias da controladora e consolidada foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor

Notas Explicativas

adequado a ser registrado nas Informações contábeis intermediárias . Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano. Vide nota 2.17, com os detalhes das estimativas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 30/06/2011. As Informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Notas Explicativas

2.1. Bases de Consolidação

As Informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Razão Social	% de Participação	
	30/06/2011	31/12/2010
Totvs Rio Software Ltda. ("Totvs Rio")	100,00	100,00
Microsiga Argentina S.A. ("Microsiga Argentina")	89,80	89,80
Microsiga México S.A. ("Microsiga Mexico")	99,99	99,99
Microsiga Corporation ("Microsiga Corporations")	100,00	100,00
Totvs Nordeste Software Ltda. ("Totvs Nordeste")	100,00	100,00
Setware Informática Ltda. ("Setware") (c)	100,00	100,00
Totvs Brasília Software Ltda. ("Totvs Brasília")	100,00	100,00
RO Resultados em Outsourcing Ltda. ("RO")	100,00	100,00
Inteligência Organizacional Serviços, Sistemas e Tecnologia em Software Ltda. ("IOSSTS")	100,00	100,00
Eurototvs Lda. ("Eurototvs")	100,00	100,00
TQTV D Software Ltda. ("TQTV D") (b)	100,00	100,00
Look Informática S.A. ("Look")	100,00	100,00
BCS Comércio e Serviços de Informática Ltda ("BCS Comercio")	100,00	100,00
BCS Sistemas Computacionais Ltda ("BCS Sistemas")	100,00	100,00
BCSFLEX Comércio e Serviços de Informática Ltda ("BCSFLEX")	100,00	100,00
HBA Informática Ltda ("HBA")	100,00	100,00
Midbyte Informática S.A. ("Midbyte")	100,00	100,00
Datasul S.A. de CV ("Datasul Mexico")	100,00	100,00
Datasul Incorporation ("Datasul USA")	100,00	100,00
Datasul Argentina S.A. ("Datasul Argentina")	100,00	100,00
Totvs Serviços em Informática e Consultoria S.A. ("Totvs Serviços")	100,00	100,00
Gens Tecnologia da Informação Ltda ("Gens")	100,00	100,00
Gens Tecnologia e Informática Ltda. (e)	100,00	-
YMF Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("YMF")	100,00	100,00
Tools Arquitetura Financeira de Negócios S.A. ("Tools")	100,00	100,00
DTSL Sistemas e Serviços de Informática S.A. ("Datasul Paranaense")	100,00	100,00
DTS Consulting Partner, AS de CV ("Partner") (c)	100,00	100,00
Hery Participações Ltda	100,00	100,00
TotalBanco Consultoria e Sistemas Ltda. (d) (c)	100,00	70,00
TotalBanco Participações S.A. (d)	100,00	70,00
M2S Serviços de Suporte Ltda. (a)	100,00	100,00
SRC Serviços em Informática Ltda. (a)	100,00	100,00
Mafipa Serviços de Informática Ltda. (a)	100,00	100,00

(a) Combinação de negócios em 2010, vide nota 3.

(b) Aquisição de participação acionária de não controladores em 2010, vide nota 3.

(c) Participação indireta

(d) Aquisição dos 30% restantes em 2011.

(e) Combinação de negócios em 2011, vide nota 3.

Notas Explicativas

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas durante o período encerrado em 30 de junho de 2011 e em 30 de junho de 2010 estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado entre 2011 e 2010, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Os exercícios sociais e períodos de encerramento das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.2. Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (*help desk*).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção composto, principalmente, de salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

Notas Explicativas

2.3. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das Informações contábeis da controladora e consolidado. As Informações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Informações contábeis individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 4.

2.5. Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das Informações contábeis. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de Informações contábeis intermediária da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

Notas Explicativas

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As Informações contábeis intermediárias das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de Informações contábeis intermediárias da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 11 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectivas, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), havia a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43 .

Para 31 de dezembro de 2010, a Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a

Notas Explicativas

Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo. A aplicação desses pronunciamentos técnicos não trouxe impactos significativos para a Companhia.

2.8. Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.9. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

a) Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 30 de setembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável (Nota 12).

Notas Explicativas

2.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.12. Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 3,00%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,65%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Notas Explicativas

- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.13. Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 23. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

2.14. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada –

Notas Explicativas

contribuição definida, administrada por seguradora (Nota 25) e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.15. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às Informações contábeis Intermediárias tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

2.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das Informações contábeis Intermediárias da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das Informações contábeis intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

Notas Explicativas

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 12.2.

Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 23.

Notas Explicativas

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Informações contábeis intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas Explicativas

2.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

2.19. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20. Informações por Segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implantação, na consultoria, assessoria e manutenção, a eles relacionadas à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os softwares da companhia, embora sejam destinados a diversos segmentos de negócios da economia (agroindústria, infraestrutura, construção e projetos, saúde médico-hospitalar, logística e distribuição, transportes, educacional, serviços financeiros, jurídico, varejo, e serviços) não são controlados e gerenciados pela administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010. A Administração da Companhia avaliou os impactos destes novos procedimentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto material nas informações anuais da Companhia no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- **IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte relacionada (Revisada)** - Simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impactou as Informações contábeis consolidadas da Companhia.

Notas Explicativas

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas Informações contábeis consolidadas.

- **IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo** - Esta alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o benefício de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passou a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não impactou as Informações contábeis consolidadas da Companhia.

- **IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital** - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte. Esta alteração não impactou as Informações contábeis consolidadas da Companhia.

- **Melhorias para IFRS** – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:

- IFRS 3 – Combinação de negócios.
- IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros.
- IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

3. Combinações de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subseqüentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 (IAS 39) na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Ágios e outros ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém a perda de valor recuperável é testada pelo menos anualmente (Nota 12).

Notas Explicativas

3.1. Aquisição de participação com a obtenção de controle societário

2011

Em 04 de Janeiro de 2011 a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas pelo qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. ("GENS"), sociedade detentora de ativos relacionados com a operação da empresa GENS S.A., franquia de desenvolvimento de softwares focados no segmento de saúde.

A transação envolve o montante de R\$ 17.810, vide detalhes abaixo:

Empresa	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Alocação Intangível	Alocação ágio
Gens Tecnologia e Informática Ltda.	Desenvolvimento de software no segmento saúde.	4/1/2011	100%	100%	R\$ 17.810	R\$ 5.685	R\$ 12.125	1.470	R\$ 16.340

2010

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as seguintes operações de combinações de negócios:

Empresa	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Alocação Intangível	Alocação ágio
M2I e M2S	Canais de Distribuição da marca "RM"	05/01/10	100%	100%	R\$ 5.300	R\$ 5.300	-	R\$4.758	R\$12
SRC Serviços	Franquias de desenvolvimento da marca "Datasul"	28/07/10	100%	100%	R\$ 43.000	R\$ 8.421	R\$ 34.092	R\$ 9.312	R\$ 33.688
Mafipa	Canais de Distribuição da marca "RM"	24/11/10	100%	100%	R\$ 5.920	R\$ 2.920	R\$ 3.000	R\$ 4.861	R\$ 1.058

M2I e M2S - Em 05 de Janeiro de 2010 a Companhia celebrou contrato de aquisição da M2I Serviços de Implantação de Software Ltda. ("M2I") e a M2S Serviços de Suporte Ltda. ("M2S") por meio de sua controlada TOTVS Nordeste Software Ltda. ("TOTVS NE"). A M2I e a M2S são canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, a implementação e ao suporte do produto RM no Estado da Bahia, contam com 33 funcionários. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5.300, sendo R\$4.770 relativos às quotas da M2S e R\$530 relativos às quotas da M2I.

Notas Explicativas

Em 26 de Janeiro de 2010 foi celebrado o Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas pelo qual a Companhia vendeu 99,98% do capital total da M2I Serviços de Implantação de Software para a compradora JRP Assessoria de Informática Ltda., pelo valor total de R\$ 840. O pagamento será efetuado em 42 parcelas mensais e sucessivas de R\$ 20 cada, corrigidas monetariamente de acordo com a variação do IGPM, entre a data da assinatura do instrumento e a data do efetivo pagamento de cada uma das parcelas, a primeira com vencimento em 01.07.2010 e as demais no dia 01 dos meses subseqüentes.

SRC Serviços – Em 28 de julho de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços em Informática Ltda. A SRC detém os ativos relacionados com a operação das empresas Logistics Solutions Ltda., Futura Soluções em Finanças Ltda., Action Desenvolvimento e Consultoria de Negócios Ltda., SGP - Solução de Gestão de Pessoas Ltda. e Autus Desenvolvimento de Sistemas Ltda. Franquias de Desenvolvimento de softwares aplicativos ligados à marca “Datasul” (“Franquias de Desenvolvimento”), incluindo a totalidade da carteira de clientes.

MAFIPA Serviços de Informática – Em 24 de novembro de 2010 a Companhia adquiriu 100% das quotas do capital da SRC Serviços em Informática Ltda. A MAFIPA detém os ativos relacionados com a operação das empresas Cygni Tecnologia em Informática Ltda e L2M Serviços de Informática Ltda., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal.

Para as combinações de negócios realizadas em dezembro de 2010, a Companhia alocou preliminarmente como ágio, levando em consideração a fundamentação econômica, tendo como base estudos e avaliações feitas por especialistas. Referida alocação preliminar deverá ser revisada durante 2011 e eventuais reclassificações poderão ocorrer no grupo de contas (Nota 12).

3.2. Aquisição de participação de acionistas minoritários em controladas

2011

Em 31 de março de 2011 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$ 10.539, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. (“TOTALBANCO”), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares para o segmento financeiro e da qual a TOTVS já detinha indiretamente 70% do Capital Social. Com a referida aquisição a TOTVS passa a deter a totalidade das ações da TOTALBANCO.

Notas Explicativas

2010

Durante o exercício de 2010 a Companhia efetuou as aquisições de minoritários das seguintes subsidiárias:

Subsidiária	Setor de Atuação	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Participação da Cia. após a Operação	Valor da Operação	Valor pago	Valor a pagar	Retenção de lucros Patrimônio líquido
Midbyte	Desenvolvimento de Softwares de varejo	05/01/10	30%	100%	R\$ 12	R\$12	-	(R\$ 591)
TQTVD	Desenvolvimento Softwares para TV Digital	01/06/10	45%	100%	R\$ 14.266	R\$ 5.999	R\$ 7.107	R\$ 8.985

MidByte - Em 05 de janeiro de 2010 a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Acordo de Acionistas celebrado em 26 de novembro de 2007, pelo valor de R\$ 12, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. ("MIDBYTE"), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares de varejo e da qual a TOTVS já detinha 70% do Capital Social.

TQTVD – Em 01 de junho de 2010 a Companhia adquiriu, pelo valor de R\$ 14.266, 45% do capital social da controlada TQTVD Software Ltda., que atua na área de desenvolvimento e comercialização de produtos e soluções de software para televisão digital, sendo R\$ 5.999 pagos à vista e adicionalmente está previsto o pagamento de um valor variável de até R\$8.267 em função do cumprimento de determinadas metas estabelecidas para os exercícios de 2011 a 2014, que trazidos a valor presente em 31 de dezembro de 2010 totalizam R\$ 7.107. A companhia já detinha 55% do capital social da TQTVD e, por essa aquisição passa a deter a totalidade das quotas.

Para as aquisições de minoritários os ágios gerados nas aquisições foram registrados no patrimônio líquido no grupo "reserva de capital", conforme determinado pela ICPC 9 (IFRS 3R).

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Disponibilidades	6.319	10.281	18.191	37.074
Equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	50.362	75.935	84.762	95.338
CDB	86.215	91.059	98.329	100.096
Fundos DI			430	
	136.577	166.994	183.521	195.434
	142.896	177.275	201.712	232.508

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos DI, Certificados de Depósito Bancário, e operações compromissadas (operações com compromisso de recompra), e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (IAS 7).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores Mobiliários

Os saldos de títulos e valores mobiliários referem-se a contas garantidas para pagamento de aquisições de intangíveis e combinação de negócios (Nota 17), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
YMF Participações	2.317	4.374	2.317	4.374
Gens	556	527	556	527
Tech Prod	856	1.266	1.275	1.863
Tools	1.490	1.469	1.490	1.469
Datasul MG	1.737	2.429	1.737	2.429
Datasul Saude MG	641	946	641	946
TotalBanco	2.460	2.338	2.460	2.338
Hery	4.547	4.294	4.547	4.294
ERP Cedente	467	663	467	663
SRC	33.526	34.092	33.526	34.092
Mafipa	2.792	3.031	2.792	3.031
Gens FDES	7.384	-	7.384	-
Outras	941	420	941	420
	59.714	55.849	60.133	56.446
Ativo circulante	7.084	6.118	7.224	6.317
Ativo não circulante	52.630	49.731	52.909	50.129

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Mercado interno	239.680	210.002	291.491	263.184
Mercado externo	-	-	16.235	15.652
	239.680	210.002	307.726	278.836
Ativo circulante	234.430	195.195	302.476	264.029
Ativo não circulante	5.250	14.807	5.250	14.807

A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos da provisão para devedores duvidosos, por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	193.662	170.714	227.183	217.473
Títulos Vencidos				
de 1 a 30 dias	10.303	4.031	15.095	6.703
de 31 a 60 dias	5.328	4.427	8.778	6.954
de 61 a 90 dias	3.925	2.676	6.220	4.064
de 91 a 180 dias	3.933	5.780	4.614	9.023
de 181 a 360 dias	3.093	4.547	13.890	8.863
mais de 360 dias	1.541	1.606	5.484	4.856
Total	221.785	193.781	281.264	257.936

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	16.221	14.677	20.900	20.314
Complemento de provisão no exercício	4.315	7.421	9.071	10.595
Valores baixados da provisão:	(2.641)	(5.877)	(3.509)	(10.009)
Saldo em 30 de junho	17.895	16.221	26.462	20.900

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Companhia ser altamente diluída. A Companhia possui mais de 26.000 clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010. A Companhia não requer garantias sobre as vendas a prazo.

7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, foram computados de acordo com as alíquotas vigentes. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado/base negativa da contribuição social.

Notas Explicativas

7.1. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Lucro antes da tributação	88.799	69.024	88.863	70.285
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal combinada de 34%	(30.192)	(23.468)	(30.213)	(23.897)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	(1.839)	623	-	-
Lei 11.196/05 (Incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento)	14.352	13.350	14.728	13.984
Efeito da apuração pelo lucro presumido em controlada	-	-	(1.764)	(2.025)
Participação de administradores	105	789	32	773
Contas a receber consideradas incobráveis	(205)	(60)	(205)	(143)
Outros	(1.879)	3.530	(1.746)	3.555
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(19.658)	(5.236)	(19.168)	(7.753)
Taxa efetiva	22,1%	7,6%	21,6%	11,0%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Imposto de renda e contribuição social correntes	(15.986)	(7.182)	(22.522)	(11.840)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.672)	1.946	3.354	4.087
	(19.658)	(5.236)	(19.168)	(7.753)

Notas Explicativas

7.2. Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
ATIVO				
Decorrentes de diferenças temporárias:				
Ágio em combinação de negócios	104.591	116.221	107.055	120.033
Provisão para comissões	15.407	12.933	16.131	13.634
Receitas antecipadas ou faturamento antecipado	1.785	4.247	1.777	3.163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.084	5.515	7.079	6.274
Provisão para contingências e outras obrigações	1.496	1.998	1.496	1.998
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	-	-	16.047	9.175
Provisão para prêmio por não conversão de debêntures	11.331	8.167	11.331	8.167
Ajustes a valor presente	1.527	1.095	1.527	1.095
Outras	2.590	4.939	2.867	6.549
Total dos impostos e contribuições sociais diferidos ativos	<u>144.811</u>	<u>155.115</u>	<u>165.310</u>	<u>170.088</u>
PASSIVO				
Decorrentes de diferenças intertemporais:				
Alocação Intangível	111.767	118.515	113.333	121.379
Outras	1.097	1.193	1.441	2.172
Total dos impostos e contribuições diferidos passivos	<u>112.864</u>	<u>119.708</u>	<u>114.774</u>	<u>123.551</u>

7.3. Estimativa de recuperação de créditos

A Companhia, com base em projeções de resultados de exercícios futuros aprovados pelo Conselho de Administração para 31 de dezembro de 2010, estima recuperar os créditos tributários registrados no ativo não circulante e realizar o passivo não circulante nos seguintes períodos:

a) No ativo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	25.866	27.318	43.901	37.703
2013	9.674	10.779	9.902	10.851
2014	11.170	12.777	11.398	12.849
2015	73.454	81.843	75.184	82.389
2016 e em diante	24.647	22.398	24.925	26.296
	<u>144.811</u>	<u>155.115</u>	<u>165.310</u>	<u>170.088</u>

Notas Explicativas

b) No passivo não circulante:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	-	21.082	-	27.387
2013	10.439	8.319	10.616	7.882
2014	10.439	9.860	10.616	9.333
2015	79.264	63.161	80.605	59.847
2016 e em diante	12.722	17.286	12.937	19.102
	112.864	119.708	114.774	123.551

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2011, nenhum fato relevante ocorreu que indicasse limitação para a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Tributos a recuperar				
Imposto de renda retido na fonte	10.627	16.137	13.588	18.882
Contribuição social retida na fonte	7.111	8.589	8.630	9.956
PIS e COFINS retidos na fonte	-	89	277	342
Outros	(171)	(158)	349	714
	17.567	24.657	22.844	29.894

9. Saldos e transações com partes relacionadas

As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Notas Explicativas

9.1. Saldos e transações com controladas e coligadas

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos das transações com partes relacionadas classificadas como créditos com empresas ligadas no ativo não circulante podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Totvs Serviços	-	4.655
Totvs Brasília Software	2.836	1.232
Totvs Nordeste Software	2.197	1.238
RO Resultados em Outsourcing	(79)	1.376
Datasul Argentina	-	718
Hery Software	2	1.701
Gens	3.660	4.333
Tools	-	9
YMF	-	20
Inteligência Organizacional	-	2
Totvs Rio Software	933	6.734
Outros	(120)	(118)
	9.429	21.900

Os valores referem-se contas a pagar e receber entre empresas controladas, sem remuneração e ou data prevista de vencimentos.

O saldo de dividendos a receber registrado no ativo circulante da Controladora no montante de R\$ 847 (R\$ 4.097 em 31 de dezembro de 2010), reflete a proposta de destinação dos lucros de suas controladas.

	Controladora	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Dividendos a receber		
Totalbanco	847	4.097
	847	4.097

9.2. Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis, incluindo as instalações onde está estabelecida sua sede, as quais são de propriedade de um dos acionistas (LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.). O valor do aluguel pago no período findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 2.953 (R\$5.409 para o período findo em 31 de dezembro de 2010), em linha com os valores de mercado. Os contratos têm vigência de 60 meses e são reajustados pelo IGP-M, a cada 12 meses.

Notas Explicativas

Alguns diretores da Companhia possuem, de forma direta ou indireta, 18,29% das ações da Companhia em 30 de junho de 2011 (18,04% em 31 de dezembro de 2010), sendo a participação indireta realizada através da LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia mantém também operações de empréstimos e financiamentos (Nota 15) e de debêntures (Nota 16), transações efetuadas substancialmente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

9.3. Remuneração dos administradores

As despesas com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e suas controlada, são resumidas como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Benefícios de curto prazo a empregados (a)				
Salários, honorários e bônus variáveis	9.107	6.082	10.595	8.422
Encargos sociais	2.159	1.682	2.404	1.992
Previdência privada	292	250	292	250
	11.558	8.014	13.291	10.664
Pagamentos com base em ações (b)	4.785	1.971	4.785	1.971
	16.343	9.985	18.076	12.635

- a) **Benefícios de curto prazo:** Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, 13º salário e previdência privada), encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros) e remunerações variáveis como participação nos lucros e bônus e previdência privada, vide Nota 25
- b) **Remuneração com base em ações:** Os membros da administração (presidente, diretores e vice-presidentes) participam do Plano de Outorga de Opção de ações, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, vide Nota 23.
- c) **Outros:** A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Notas Explicativas

10. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

	Informações contábeis resumidas das coligadas e controladas em 30 de junho de 2011					Equivalência Patrimonial (controladora) dos períodos findos em		Saldo de Investimentos em:	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Bruta	Resultado do exercício	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Totvs Rio	22.999	8.066	14.933	18.413	(7.073)	(7.073)	(666)	14.933	7.008
Totvs Argentina	7.217	2.352	4.865	4.727	(258)	(232)	(970)	4.375	2.081
Totvs México	6.450	7.024	(574)	4.257	(5.259)	(5.255)	(2.363)	-	2.589
Totvs Corporation	1.841	1	1.840	-	2	2	13	1.840	1.963
Totvs Nordeste	12.653	3.416	9.237	2.950	(567)	(567)	(308)	9.237	9.802
Totvs Brasília	4.778	4.068	710	5.200	(782)	(782)	(485)	710	1.493
IOSSTS	4.524	256	4.268	2.705	1.127	1.127	1.168	4.268	3.139
Eurototvs	917	629	288	400	(1.199)	(1.199)	(601)	288	496
RO	5.182	363	4.819	8.177	2.881	2.881	(178)	4.819	1.939
Midbyte	4.481	557	3.924	2.885	897	897	1.069	3.924	3.028
TQTVD	21.226	2.752	18.474	5.413	(2.804)	(2.804)	(2.399)	18.474	15.871
BCS Comércio	8.760	1.303	7.457	5.891	559	559	1.092	7.457	6.897
BCS Sistemas	32	-	32	-	(42)	(42)	-	32	74
BCS FLEX	-	(100)	100	-	-	-	-	100	100
HBA	4	-	4	-	(28)	(28)	4	4	31
Totvs Serviços	16.539	2.454	14.085	8.909	(1.028)	(1.028)	2.466	14.085	12.461
Gens	3.367	3.759	(392)	2.020	1.093	1.093	(1.626)	-	-
YMF	32.762	4.105	28.657	27.170	4.074	4.074	2.357	28.657	24.583
Tools	6.616	1.036	5.580	8.790	1.441	1.441	1.898	5.580	4.137
DTSL	6.810	5	6.805	-	129	129	40	6.805	6.675
Datasul S.A. de CV	2.367	1.315	1.052	-	50	50	(441)	1.052	1.041
Datasul Incorporation	947	32	915	-	(5)	(5)	(19)	915	981
Datasul Argentina	1.586	232	1.354	-	(177)	(177)	(115)	1.354	2.275
Hery	3.884	1.590	2.294	6.510	(146)	(146)	619	2.294	2.442
Total banco	8.715	2.600	6.115	10.036	1.885	1.639	1.276	6.115	2.962
SRC	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mafipa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gens FDES	-	-	-	-	39	39	-	-	-
						(5.407)	1.831	137.318	114.068

Notas Explicativas

Para os seguintes investimentos foram constituídas provisões para perdas registradas no passivo não circulante:

	Controladora	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Gens	392	1.485
Totvs México	574	-
	966	1.485

Notas Explicativas

11. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Controladora					Total do ativo Imobilizado
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Outros	
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	39.571	5.486	5.410	4.058	6.556	61.081
Adições	8.231	2.494	1.484	329	1.440	13.978
Baixa	(505)	(859)	(61)	(47)	(1.046)	(2.518)
Transferência	-	1	(1)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	47.297	7.122	6.832	4.340	6.950	72.541
Adições	9.708	618	650	2.799	4.002	17.777
Baixa	(3.693)	(609)	(464)	(719)	(4)	(5.489)
Transferência	-	-	(1)	(1)	-	(2)
Saldos em 30 de junho de 2011	53.312	7.131	7.017	6.419	10.948	84.827
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(24.028)	(2.270)	(2.623)	(2.478)	(3.334)	(34.733)
Depreciação no exercício	(5.982)	(1.094)	(502)	(225)	(1.393)	(9.196)
Baixa	460	351	35	22	312	1.180
Transferência	1	-	-	-	(1)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(29.549)	(3.013)	(3.090)	(2.681)	(4.416)	(42.749)
Depreciação do exercício	(4.131)	(698)	(313)	(423)	(466)	(6.031)
Baixa	3.547	456	390	653	1	5.047
Transferência	-	(1)	-	1	2	2
Saldos em 30 de junho de 2011	(30.133)	(3.256)	(3.013)	(2.450)	(4.879)	(43.731)
Valor residual						
Saldos em 30 de junho de 2011	23.179	3.875	4.004	3.969	6.069	41.096
Saldos em 31 de dezembro de 2010	17.748	4.109	3.742	1.659	2.534	29.792
Saldos em 31 de dezembro de 2009	15.543	3.216	2.787	1.580	3.222	26.348
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Computadores e softwares	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Outros	Total do ativo Imobilizado
Custo ou avaliação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	46.184	6.263	7.013	5.181	7.502	72.143
Adições	9.965	2.640	1.669	477	1.582	16.333
Baixas	(786)	(1.058)	(178)	(51)	(1.101)	(3.174)
Transferências	13	-	-	(13)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	55.376	7.845	8.504	5.594	7.983	85.302
Adições	11.771	707	694	1.985	4.059	19.216
Baixas	(4.063)	(666)	(485)	(722)	(5)	(5.941)
Transferências	2	-	(1)	1	(1)	1
Saldos em 30 de junho de 2011	63.086	7.886	8.712	6.858	12.036	98.578
Depreciação						
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(26.669)	(2.542)	(3.182)	(3.202)	(3.661)	(39.256)
Depreciação do exercício	(7.391)	(1.238)	(678)	(368)	(1.457)	(11.132)
Baixa	486	458	90	218	369	1.621
Transferência	181	1	1	(183)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(33.393)	(3.321)	(3.769)	(3.535)	(4.749)	(48.767)
Depreciação do exercício	(5.702)	(785)	(401)	295	(522)	(7.115)
Baixa	3.922	540	415	654	30	5.561
Transferência	-	1	(1)	-	(1)	(1)
Saldos em 30 de junho de 2011	(35.173)	(3.565)	(3.756)	(2.586)	(5.242)	(50.322)
Valor residual						
Saldos em 30 de junho de 2011	27.913	4.321	4.956	4.272	6.794	48.256
Saldos em 31 de dezembro de 2010	21.983	4.524	4.735	2.059	3.234	36.535
Saldos em 31 de dezembro de 2009	19.515	3.721	3.831	1.979	3.841	32.887
Taxas médias de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	4% a 10%	

Notas Explicativas

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às Informações contábeis intermediária como um todo, a Companhia e suas controladas avaliam periodicamente a vida útil-econômica desses ativos e não apresenta ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 30 de junho de 2011.

O valor contábil do imobilizado mantido sob contratos de arrendamento mercantil financeiro em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 728 (R\$2.037 em 31 de dezembro de 2010). Não houve adições ao imobilizado durante o período de 31 de dezembro de 2010 a 30 de junho de 2011 em itens sob contratos de arrendamento mercantil financeiro.

Notas Explicativas

12. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos desse grupo estão apresentados a seguir:

	Controladora						Total do Ativo Intangível
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	157.915	61.987	83.222	185.179	9.202	281.265	778.770
Adições	(404)	-	-	8.758	4.200	41.631	54.185
Baixas	(112)	-	-	1	-	(1)	(112)
Transferências	-	-	-	(1.299)	1.299	1	1
Saldos em 31 de dezembro de 2010	157.399	61.987	83.222	192.639	14.701	322.896	832.844
Adições	2.233	-	-	8.405	-	16.538	27.176
Baixas	-	-	-	-	(686)	-	(686)
Transferências	-	-	-	(1)	-	1	-
Saldos em 30 de junho de 2011	159.632	61.987	83.222	201.043	14.015	339.435	859.334
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(21.825)	(6.323)	(26.425)	(24.273)	(4.646)	(134.214)	(217.706)
Amortização do exercício	(15.638)	(4.092)	(18.654)	(20.177)	(1.772)	-	(60.333)
Baixa	18	-	-	-	-	-	18
Transferência	-	(1)	2	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(37.445)	(10.416)	(45.077)	(44.450)	(6.419)	(134.214)	(278.021)
Amortização do exercício	(8.113)	(2.046)	(9.326)	(11.416)	(1.228)	-	(32.129)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	1	(1)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2011	(45.558)	(12.462)	(54.403)	(55.865)	(7.648)	(134.214)	(310.150)
Valor residual							
Saldos em 30 de junho de 2011	114.074	49.525	28.819	145.178	6.367	205.221	549.184
Saldos em 31 de dezembro de 2010	119.954	51.571	38.145	148.189	8.282	188.682	554.823
Saldos em 31 de dezembro de 2009	136.090	55.664	56.797	160.906	4.556	147.051	561.064
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*)Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

Notas Explicativas

	Consolidado						
	Software	Marcas e Patentes	Franquias	Carteira de Clientes	Outros	Ágio	Total do Ativo Intangível
Custo ou avaliação							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	169.229	63.655	83.221	195.466	25.734	288.884	826.189
Adições	(309)	-	-	13.517	4.205	42.174	59.587
Baixas	(118)	(3)	-	(3.513)	(31)	-	(3.665)
Transferências	3	(1)	-	(1)	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	168.805	63.651	83.221	205.469	29.907	331.058	882.111
Adições	242	(3)	-	6.331	-	9.964	16.534
Baixas	1.627	(37)	-	(1.052)	(1.024)	(1)	(487)
Transferências	-	-	1	-	(1)	-	-
Saldos em 30 de junho de 2011	170.674	63.611	83.222	210.748	28.882	341.021	898.158
Amortização							
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(23.392)	(6.480)	(26.425)	(25.660)	(5.862)	(134.299)	(222.118)
Amortização do exercício	(16.920)	(4.201)	(18.652)	(21.638)	(4.809)	(531)	(66.751)
Baixa	19	-	-	613	(1)	-	631
Transferência	1	-	-	-	(1)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(40.292)	(10.681)	(45.077)	(46.685)	(10.673)	(134.830)	(288.238)
Amortização do exercício	(8.461)	(2.101)	(9.326)	(11.645)	(2.582)	-	(34.115)
Baixa	(1.365)	4	-	150	-	-	(1.211)
Transferência	(1)	-	-	-	-	1	-
Saldos em 30 de junho de 2011	(50.119)	(12.778)	(54.403)	(58.180)	(13.255)	(134.829)	(323.564)
Valor residual							
Saldos em 30 de junho de 2011	120.555	50.833	28.819	152.568	15.627	206.192	574.594
Saldos em 31 de dezembro de 2010	128.513	52.970	38.144	158.784	19.234	196.228	593.873
Saldos em 31 de dezembro de 2009	145.837	57.175	56.796	169.806	19.872	154.585	604.071
Taxas médias de amortização anual	10% a 16,7%	8%	20% a 50%	10% a 12,5%	20% a 50%	(*)	

(*)Amortizado até 31/12/2008 pela taxa média de 20% a.a.

Notas Explicativas

12.1. Ágios e intangíveis identificados nas combinações de negócios

A composição dos ágios em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e a movimentação do período findo em 30 de junho de 2011, conforme segue:

	31 de dezembro de 2009	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	30 de junho de 2011
RM (a)	90.992	-	-	90.992	-	-	90.992
Logo Center (a)	5.703	-	-	5.703	-	-	5.703
Totvs BMI (a)	2.053	-	-	2.053	-	-	2.053
Midbyte	1.765	-	-	1.765	-	-	1.765
IOSSTS (a)	2.643	-	-	2.643	-	-	2.643
BCS (a)	10.610	1.211	-	11.821	-	-	11.821
Datasul (a)	30.084	-	-	30.084	-	-	30.084
Setware	961	-	-	961	-	-	961
Hery	3.174	(247)	-	2.927	-	-	2.927
TotalBanco (c)	6.600	923	-	7.523	(1.515)	-	6.008
M2I (d) (c)	-	531	(531)	-	-	-	-
M2S	-	12	-	12	-	-	12
SRC	-	33.688	-	33.688	-	-	33.688
Mafipa	-	6.056	-	6.056	(4.861)	-	1.195
Gens FDES (b)	-	-	-	-	16.340	-	16.340
	<u>154.585</u>	<u>42.174</u>	<u>(531)</u>	<u>196.228</u>	<u>9.964</u>	<u>-</u>	<u>206.192</u>

(a) Empresas incorporadas pela Totvs.

(b) Combinação de negócios 2011;

(c) Realocação de ágio para investimento, uma vez que a compra foi efetivamente realizada em 2011

(d) Empresa alienada em 2010.

A adição de intangíveis no período findo em 30 de junho de 2011 no montante de R\$ 16.340 refere-se a ágios das operações de combinações de negócios mensurados pelo valor justo (Nota 3).

A partir de 01 de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados. Para mensuração dos demais ativos intangíveis identificados nas combinações de negócios, mensurados pelos valores justos, foram utilizadas metodologias de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e custo de reposição, dentre outras. Para a estimativa do valor pela metodologia de fluxo de caixa descontado foi utilizada a taxa de 15% a 22,8% a.a. (em termos reais), variando de acordo com o ativo intangível analisado. A amortização dos ativos intangíveis está baseada em suas vidas úteis estimadas. Os ativos intangíveis identificados, os valores reconhecidos e as vidas úteis dos ativos são fundamentados em estudo técnico de empresa especializada independente.

O grupo de "Outros Intangíveis" é composto basicamente por direitos de exploração de áreas e desenvolvimento de novos produtos que tem as seguintes características:

Notas Explicativas

a) Direitos de exploração de áreas

Os direitos de exploração de áreas estão relacionados às aquisições das carteiras de clientes das regiões do Grande ABC de São Paulo e do Estado de Minas Gerais, anteriormente atendidas por franquias da Microsiga e Logocenter. Estes direitos são amortizados de forma linear pelo prazo de 84 a 120 meses, segundo as expectativas de rentabilidades futuras, fundamentadas em laudos de avaliação emitidos por empresas especializadas independentes que utilizam o critério de fluxo de caixa descontado.

b) Desenvolvimento de novos produtos

O desenvolvimento de novos produtos representa os gastos incorridos pela Companhia com o desenvolvimento do software “Ginga TQTVD” que permitirá a implementação de aplicações interativas para a TV Digital, e que serão parte dos aportes previstos para a TQTVD.

Em novembro de 2007, a Companhia fechou uma associação com a Quality Software S.A. (“Quality”) objetivando o desenvolvimento de um software intermediário (*middleware*) denominado “Ginga TQTVD”, que permite a implementação de aplicações interativas para a TV Digital. Em decorrência desta associação a Companhia adquiriu, em janeiro de 2008, 700 quotas equivalentes a 70% do capital social da empresa TQTVD Software Ltda. (“TQTVD”). Em janeiro de 2009 a participação da Totvs no capital da TQTVD foi reduzido para 55%, em função do desempenho obtido pela Quality Software S.A. (parceira da Totvs nesse empreendimento) no desenvolvimento do produto, conforme cláusula contratual, sendo que em 01 de junho de 2010 a companhia adquiriu os 45% remanescentes, passando a deter a totalidade das quotas do capital da TQTVD.

12.2. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do Valor em Uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes Unidades Geradoras de Caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Notas Explicativas

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2010, além do período de 5 anos variaram de 0% a 2%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxas de desconto que variam de 15,0 % a 22,8% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** – As receitas foram projetadas entre 2011 e 2015 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- **Custos e despesas operacionais** – Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** – Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, visto que o valor estimado de mercado foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. O teste de recuperação é realizado anualmente, com base no mês de Setembro.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Obrigações trabalhistas				
Salários a pagar	11.985	6.926	15.144	10.083
Plano de previdência a pagar	445	371	510	444
Férias a pagar	29.598	25.062	37.647	32.043
PLR e Bônus	-	7.562	127	9.429
13º salário a pagar	10.679	-	12.508	-
Outros	4.803	5.052	8.196	7.771
	57.510	44.973	74.132	59.770
Obrigações sociais				
FGTS a pagar	1.728	5.401	2.233	6.989
INSS a pagar	6.467	1.767	8.408	2.313
	8.195	7.168	10.641	9.302
	65.705	52.141	84.773	69.072

Notas Explicativas

14. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
BNDES (a)	184.145	210.370	184.145	210.370
FINEP (b)	4.017	5.019	4.017	5.019
Contas garantidas e outras	-	130	2.181	2.870
	188.162	215.519	190.343	218.259
Passivo circulante	52.257	59.289	53.316	62.029
Passivo não circulante	135.905	156.230	137.027	156.230

Os montantes registrados no passivo não circulante em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	45.859	53.378	46.981	53.378
2013	45.302	51.705	45.302	51.705
2014	44.744	51.147	44.744	51.147
Passivo não circulante	135.905	156.230	137.027	156.230

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	215.519	216.081	218.259	217.876
Juros Incorridos	5.880	14.742	5.880	15.687
Amortizações	(33.237)	(15.304)	(33.796)	(15.304)
Saldo em 31 de março	188.162	215.519	190.343	218.259

a) BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração a tomada de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no valor de R\$204.500, no âmbito do Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT.

Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160.000, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009 foram disponibilizados mais R\$ 44.500, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008.

O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de *software*, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

Notas Explicativas

b) Desenvolvimento de software – FINEP – Financiadora de estudos e projetos

O referido empréstimo – contratado pela então controlada Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fianças bancária.

15. Financiamento por arrendamento financeiro

Os saldos de arrendamentos mercantis a pagar apresentam a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
HSBC Leasing	27	73	27	73
CSI LEASING	44	192	52	242
ITAÚ LEASING	579	1.584	606	1.627
REAL LEASING	7	41	7	41
BRADESCO LEASING	36	54	36	54
	693	1.944	728	2.037
Passivo circulante	591	1.839	619	1.923
Passivo não circulante	102	105	109	114

A Companhia contratou arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos financeiros e contratos de arrendamento juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes em 30 de junho de 2011:

	Controladora		Consolidado	
	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos	Pagamentos mínimos	Valor presente dos pagamentos
Dentro de um ano	591	591	619	619
Após um ano, mas menos que cinco	102	102	109	109
Mais que cinco anos	-	-	-	-
Total de pagamentos mínimos de arrendamentos	693	693	728	728
Menos valores que representam encargos financeiros	-	-	-	-
Valor presente de pagamentos de arrendamento mínimos	693	693	728	728

Notas Explicativas

16. Debêntures

a) *Descrição da operação*

Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram captação de R\$ 200.000 através da emissão de até 100.000 ("Units"), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série.

Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia ("Debêntures"); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a companhia celebrou o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPCA acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As Units terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo – ("Bovespa") e apurado na data de aniversário das Units, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 ("período base"), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures e atualizados com base na média geométrica entre o IPCA + 12% e TJLP +9% para o número de dias corridos entre a data de apuração e a data de emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem as debêntures, sendo que a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão, ou seja, 19 de agosto de 2010 (já convertida), em até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2011, até 45% em 2012, e até 60 % em 2013.

O preço de conversão, caso essa ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem a partir de 2011, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subseqüentes. Para efeito de apuração do

Notas Explicativas

valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escrituração das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante a esses percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% dos títulos caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%.

O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010 e em 30 de junho de 2011, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

A emissão não será objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

b) Cláusula de “não conversão das debêntures”

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPCA acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada no acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPCA acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo 06 parcelas, e em até 03 anos contadas a partir do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

c) Saldo em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010

Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o saldo era composto da seguinte forma:

Emissão	Debêntures	Encargos financeiros Anuais	Preço Unitário	Controladora e Consolidado	
				30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
1ª série	100.000	IPCA* + 3,5% limitada à TJLP + 1,5%	1,00	88.156	86.965
2ª série	100.000	TJLP + 1,5%	1,00	88.156	86.965
		Sub-Total		176.312	173.930
		Prêmio por não conversão		12.779	9.597
		Valor justo de conversões futuras		20.547	14.423
		Total		209.638	197.950
		Passivo circulante		47.122	12.155
		Passivo não circulante		162.516	185.795

* Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Notas Explicativas

O valor do montante principal de longo prazo possui prazo de vencimento conforme demonstrado abaixo:

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Agosto de 2012	36.634	4.637
Agosto de 2013	33.099	1.561
Agosto de 2015	32.002	68.000
Agosto de 2016	48.002	102.000
Fevereiro de 2017 em diante	12.779	9.597
	162.516	185.795

	Debêntures e Prêmio de Não Conversão Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	183.527	217.437
Juros Incorridos	8.838	23.931
Amortizações	(3.274)	(57.841)
Saldo em 30/06/2011 e 31/12/2010	189.091	183.527

	Valor justo de conversões futuras Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do ano	14.423	-
Atualização a valor de mercado	6.124	14.423
Amortizações		-
Saldo em 30/06/2011 e 31/12/2010	20.547	14.423

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de outras obrigações acessórias. Em 31 de junho de 2011, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as condições estipuladas.

d) Primeira conversão de debêntures

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, consequentemente foram alcançados os parâmetros que tornam obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, consequentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$29.996 mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures. (vide nota 16a).

Em razão da emissão de ações aos debenturistas pelo valor de contrato que está abaixo do preço de mercado a companhia registrou, em 19 de agosto de 2010, um deságio na emissão de ações que totaliza R\$ 7.448 que foi registrado como despesa financeira no exercício.

Notas Explicativas

e) Avaliação de conversões futuras

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures foi feita a avaliação, por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura tendo sido o montante reconhecido em 31 de dezembro de 2010, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação (que considera o preço futuro das ações comparado com os preços estabelecidos para a conversão ("strike price") e demais variáveis previstas na escritura de debêntures, usando o método de Monte Carlo de precificação de opções) na data de encerramento das demonstrações financeiras. Foram levados em consideração os CPCs 38 (IAS 39), e 39 (IAS 32) para reconhecimento dos montantes envolvidos em 31 de dezembro de 2010, que correspondeu à passivo de R\$14.423, em 30 de junho de 2011 o valor é de R\$ 20.547, que tem como contrapartida o resultado financeiro. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa dos montantes que foi contabilizada poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro

17. Obrigações por aquisição de investimentos

Referem-se a obrigações de parcelas a pagar por aquisição dos investimentos efetuados pela Companhia e suas controladas, negociadas com pagamento parcelado. Estão registradas no passivo circulante e não circulante, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
YMF (a)	2.317	4.374	2.317	4.374
Tools (a)	1.490	1.469	1.490	1.469
Gens (a)	556	522	556	522
Techprod (a)	856	1.266	856	1.266
Midbyte	-	717	-	717
Techserv (a)	-	-	419	597
TotalBanco	5.095	2.338	5.095	2.338
Hery	4.547	4.294	4.547	4.294
Datasul MG	1.737	2.429	1.737	2.429
Datasul Saúde MG	641	946	641	946
ERP Cedente	467	663	467	663
Logmann	-	782	-	782
TQTVD	7.445	7.107	7.445	7.107
SRC	33.526	34.092	33.526	34.092
Mafipa	2.792	3.031	2.792	3.031
Gens FDES	9.833	-	9.833	-
Outras (a)	397	426	397	426
Total	71.699	64.456	72.118	65.053
Passivo circulante	16.762	10.382	16.902	10.581
Passivo não circulante	54.937	54.074	55.216	54.472

(a) Os índices de reajustes das parcelas variam de 100% a 100,5% do CDI.

As parcelas registradas no passivo não circulante têm vencimento conforme demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Ano	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	29.467	34.067	29.746	34.067
2013	15.136	15.939	15.136	16.072
2014	4.667	3.564	4.667	3.829
2015	5.667	504	5.667	504
Passivo não circulante	54.937	54.074	55.216	54.472

18. Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

a. Processos em andamento com provisão para contingências e obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para Contingências	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias	-	-
Tributárias	616	545
Civil	583	1.728
Trabalhistas	3.201	3.603
	4.400	5.876

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

Depósitos judiciais	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias	3.299	3.197
Tributárias	690	2.331
Outros	110	388
	4.099	5.916

Notas Explicativas

A movimentação das provisões nos período findo em 30 de junho de 2011 e exercício findo 31 de dezembro de 2010, é como segue:

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.419	2.589	1.645	10.653
(+) Complemento de provisões	71	930	285	1.286
(+) Atualização monetária	-	424	248	672
(-) Reversão de provisão não utilizada	(5.945)	(340)	(450)	(6.735)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	545	3.603	1.728	5.876
(+) Complemento de provisões	18	123	552	693
(+) Atualização monetária	53	196	91	340
(-) Reversão de provisão não utilizada	-	(721)	(1.788)	(2.509)
Saldos em 30 de junho de 2011	616	3.201	583	4.400

O detalhe das principais ações cuja provisão foi contabilmente reconhecida é como segue:

Tributárias

A filial de Belo Horizonte da Companhia está discutindo, em duas ações de consignação em pagamento ajuizadas contra os municípios de Uberlândia e Vitória, se eles fazem jus a exigir o recolhimento do Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISSQN às alíquotas que variam de 2% a 5%, ou se o imposto é devido ao município de Belo Horizonte no qual a alíquota é de 2%. A Companhia entende que o ISS é devido ao município de Belo Horizonte onde ocorre o desenvolvimento do serviço. Dessa forma, a Companhia tem efetuado os depósitos judiciais no âmbito das referidas ações judiciais considerando as alíquotas requeridas pelos municípios e registrando provisão para contingência no valor equivalente a 3%. Em 30 de junho de 2011, a provisão reconhecida para essa demanda judicial totaliza R\$ 408 (R\$364 em 31 de dezembro de 2010) e os depósitos judiciais efetuados até 30 de junho de 2011 totalizavam **R\$ 679** (R\$2.331 em 31 de dezembro de 2010).

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações indenizatórias ajuizadas por clientes para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, assim como, de ações indenizatórias ajuizadas por agentes de negócios, relativamente a rescisões contratuais cumuladas com cobrança e pedidos de indenização. Em 30 de junho de 2010, a provisão constituída para essas demandas totaliza o montante de **R\$ 582** (R\$1.728 atualizados em 31 de dezembro de 2010).

Trabalhistas

A Companhia possui provisão relativa aos processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, onde se alega redução de suas comissões sobre vendas e serviços, horas extras e equiparação salarial. O valor provisionado é de R\$ 3.201 em 30 de junho de 2011 (R\$3.603 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

b) Outros processos em andamento (Classificação de perda "Possível")

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são parte de outras ações cujo risco de perda, de acordo com os advogados externos responsáveis e a administração da Companhia, é possível, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida, como segue:

Natureza	Controladora e Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Previdenciárias	14.201	15.959
Tributárias	18.026	19.445
Cíveis	33.643	23.823
Trabalhistas	8.410	5.741
	74.280	64.968

A seguir o resumo das principais ações em andamento:

Previdenciárias

Em 04 de maio de 2007, foi ajuizada pelo INSS execução fiscal contra a Companhia no montante de R\$1.604 (R\$ 2.300 atualizados em 30 de junho de 2011 e R\$2.243 atualizados em 31 de dezembro de 2010), referentes às contribuições sociais destinadas a terceiros (SESC e SENAC) incidentes sobre a remuneração paga a empregados que lhe prestaram serviços no período de março de 1999 a julho de 2000. A quantia de R\$1.626 (R\$ 2.332 atualizados até 30 de junho de 2011, R\$2.243 atualizados até 31 de dezembro de 2010) foi depositada em juízo em 2007, e registrada no ativo não circulante. A companhia apresentou Embargos à Execução e aguarda decisão de primeira instância.

A Companhia sucedeu a discussão em embargos à execução fiscal a inexigibilidade da NFLD 35.058.091-0, originalmente lavrada em face da Datasul S.A., cujo valor inicial é de R\$3.862 (R\$8.481 atualizados até 30 de junho de 2011 e R\$8.228 atualizados até 31 de dezembro de 2010). Referida notificação foi imposta pelo INSS em razão de suposta irregularidade em terceirização de serviços. A discussão do mérito dos embargos encontra-se suspensa ainda sem decisão de primeiro grau.

Em 28 de junho de 2010 foram lavrados autos de infração pelos fiscais da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 5.113 (R\$ 5.703 atualizados até 30 de junho de 2011 e R\$5.427 atualizados até 31 de dezembro de 2010) que objetivaram, em síntese: (i) uma suposta caracterização de autônomos e pessoas jurídicas como segurados empregados; e (ii) responsabilidade solidária por serviços prestados por empresa de trabalho temporário. Os autos de infração foram lavrados em substituição à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito nº 35.136.711-0, de 30/08/2000, julgada nula por decisão da Quarta Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos da Previdência Social.

A Companhia apresentou as respectivas impugnações aos autos de infração e aguarda a manifestação da Receita Federal.

Notas Explicativas

Tributárias

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2008, foi lavrado pela Secretaria da Receita Federal auto de infração no montante de R\$3.628 (R\$ 4.622 atualizado até 30 de junho de 2011, R\$4.426 atualizado até 31 de dezembro de 2010), relativos a questionamentos por ter deixado de adicionar ao seu lucro líquido tributável parte dos lucros a ela supostamente disponibilizados por empresa controlada no exterior e sobre amortização indevida, na apuração do lucro tributável, do valor do ágio apurado na incorporação da ABR1 pela Companhia nos anos calendário de 2003 a 2006. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

A Companhia sofreu oito autuações pela Municipalidade de São Paulo para exigência do ISS, relativo ao período de 1996 a 2000, no valor R\$804 (R\$ 6.440 atualizados até 30 de junho de 2011 e R\$6.046 atualizados até 31 de dezembro de 2010). As autuações foram mantidas na esfera administrativa, uma vez que a Municipalidade de São Paulo entende que os serviços prestados pela filial de Joinville seriam na verdade desenvolvidos dentro dos limites do Município de São Paulo. Atualmente a Companhia aguarda a distribuição dos executivos fiscais. . A administração e os assessores jurídicos da Companhia entendem que o serviço é todo desenvolvido na filial (Joinville) e consideram que o imposto foi devidamente recolhido naquele município.

Como resultado de procedimentos de fiscalização da Secretaria da Receita Federal, em 2007, a Companhia sucedeu o auto de infração lavrado em face da Datasul S.A., no montante de R\$1.357 (R\$1.872 atualizados até 30 de junho de 2011 e R\$1.799 atualizados em 31 de dezembro de 2010), relativos a questionamentos por ter deixado de recolher na fonte o imposto de renda sobre valores pagos por terceiros aos beneficiários de cartões de incentivos instituídos em Plano de Marketing anteriormente adotado. A Companhia apresentou impugnação em face da aludida cobrança, que atualmente aguarda apreciação pela Delegacia de Julgamento da Secretaria da Receita Federal.

A Companhia sucedeu a discussão em 5 (cinco) Autos de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em face da RM Sistemas S/A. As autuações tem como objeto supostas divergências na apresentação da GFIP's/GRFP's, além de visar o recolhimento de contribuições incidentes sobre as verbas salariais pagas aos empregados, notas fiscais de serviços e recibos de patrocínio. As defesas foram apresentadas nas épocas próprias, aguardando apreciação pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Eventuais perdas sofridas nestas autuações serão suportadas pelos antigos proprietários da RM Sistemas S/A, nos termos dos contratos de venda e compra celebrados com a Companhia. Estas autuações representam em 30 de junho de 2011 o total atualizado de R\$ 3.852.

Cíveis

A Companhia figura como ré em ações ordinárias ajuizadas por clientes e terceiros para rescisão de contrato, cumuladas com indenização por perdas e danos, totalizando o valor de R\$ 33.643 atualizados até 30 de junho de 2011 (R\$23.823 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Trabalhistas

A Companhia é parte em processos movidos por ex-empregados e de empresas prestadoras de serviços, nos quais são requeridos: pagamento de horas extras, reconhecimento de vínculo, 13º salário entre outros, totalizando o valor de R\$ 8.410 atualizados até 30 de junho de 2011 (R\$5.741 em 31 de dezembro de 2010).

c) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2011, o capital social da Companhia era composto por 157.303.220 ações ordinárias nominativas emitidas e totalmente pagas sem valor nominal (31.459.272 em 31 de dezembro de 2010), conforme demonstrado abaixo:

Acionista	30 de junho de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Ações	%	Ações	%
LC-EH Empreendimentos e Participações S.A.	26.760.990	16,99%	5.352.198	17,01%
BNDES Participações S.A.	8.287.639	5,26%	1.657.527	5,27%
Genesys Asset Managers, LLP	8.261.700	5,25%	1.576.704	5,01%
Dynamo Administração de Recursos Ltda.	-	-	434.807	1,38%
Blackrock	5.164.816	3,28%	-	0,00%
Miguel Abuhab	5.946.395	3,77%	1.189.279	3,78%
Laércio José de Lucena Cosentino	1.580.180	1,00%	316.036	1,01%
Ernesto Mário Haberkorn	16.810	0,01%	3.362	0,01%
Yafo Fundo de Investimento em Ações	1.850.400	1,17%	387.000	1,23%
HG Senta Pua Fia	43.500	0,03%	8.700	0,03%
Outros	99.644.430	63,24%	20.533.659	65,27%
	157.556.860	100%	31.459.272	100%

O capital autorizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 540.000. Dentro do limite do capital autorizado, poderá a Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização. Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Adicionalmente, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com os planos aprovados pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores e empregados, assim como os administradores e empregados de outras

Notas Explicativas

sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia, sem direito de preferências para os acionistas.

Conforme mencionado na nota 16, em função da conversão de debêntures em ações da companhia, em 19 de agosto de 2010, o conselho de administração da TOTVS aprovou a emissão de 306.870 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de R\$ 97,747683 por ação, com conseqüente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$ 29.996.

Em 18 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital de 1.000 (mil) ações ao preço de R\$46,16 por ação, totalizando R\$ 46, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 406.535, dividido em 31.460.272 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

Em 21 de março de 2011, a Companhia efetuou o desdobramento de ações, no qual, cada ação de emissão da Companhia passou a ser representada por 5 (ações) que passaram a ser negociadas em 22 de março de 2011.

b) Reservas de capital

Os saldos das reservas de capital em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 foram compostos da seguinte forma:

	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Reserva de ágio	31.557	31.557
Reserva de ágio por incorporação	14.330	14.330
Debêntures convertidas em ações (valor justo)	7.449	7.449
Plano de outorga de ações	11.855	7.070
	65.191	60.406

A Reserva de ágio no montante de R\$ 31.557 é decorrente de integralizações efetuadas no exercício de 2005.

A reserva de capital poderá ser utilizada, conforme previsão legal, para:

- i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros;
- ii) resgate, reembolso ou compra de ações;
- iii) resgate de partes beneficiárias;
- iv) incorporação ao capital social; ou
- v) pagamento de dividendos a ações preferências, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros serem distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

20. Dividendos

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar de R\$ 356 em 30 de junho de 2011 (R\$ 33.139 em 31 de dezembro de 2010) inclui a distribuição do exercício, assim como o saldo residual de exercícios anteriores.

Os juros sobre capital próprio fazem parte dos dividendos, que para fins da legislação fiscal brasileira são dedutíveis, portanto estão sendo apresentadas em linhas distintas demonstrando o efeito do imposto de renda.

Notas Explicativas

21. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação de seus consultores, mantêm coberturas de seguros por montantes considerados suficientes para cobrir riscos sobre seus ativos próprios, alugados e os decorrentes de arrendamento mercantil e de responsabilidade civil.

A política de seguro leva em conta a dispersão geográfica e o valor individual dos ativos utilizados e o fato de que a Companhia e suas controladas são empresas prestadoras de serviços; logo, é menos dependente de ativos tangíveis do que uma empresa industrial.

Os ativos segurados são os veículos, próprios e arrendados, e a edificação onde a Companhia e suas controladas estão instaladas.

Em 30 de junho de 2011, os principais seguros contratados são:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade	Valor Total Segurado
		De	Até		
Compreensivo Empresarial	Sul América	13/6/2011	13/6/2012	30.000	105.000
Responsabilidade Civil Geral	Sul América	13/6/2011	13/6/2012	4.000	18.000
Veículos	Liberty Seguros	7/1/2011	7/1/2012	1.150	4.336

Notas Explicativas

22. Instrumentos Financeiros e Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008.

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas Informações contábeis:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	201.712	232.508	201.712	232.508
Títulos e Valores Mobiliários	60.133	56.446	60.133	56.446
Contas a Receber, líquidas	281.264	257.936	281.264	257.936
Impostos a recuperar	22.844	29.894	22.844	29.894
Outros ativos	35.300	31.393	35.300	31.393
Total	601.253	608.177	601.253	608.177
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos	190.343	218.259	190.343	218.259
Arrendamentos Mercantis	728	2.037	728	2.037
Debêntures e prêmio de não conversão	189.091	183.527	189.091	183.527
Valor justo das debêntures conversíveis	20.547	14.423	20.547	14.423
Contas a pagar e fornecedores	61.069	55.944	61.069	55.944
Dividendos	719	34.302	719	34.302
Impostos a pagar	5.907	5.903	5.907	5.903
Outras obrigações	79.237	70.927	79.237	70.927
Total	547.641	585.322	547.641	585.322

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Notas Explicativas

- A parcela das debêntures conversíveis e as Debêntures tiveram o seu valor contábil ajustado ao valor justo, conforme nota 16.

b) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, que diretamente (ou seja, como os preços ou indiretamente (ou seja, derivada de preços); e
- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos E Financiamentos		190.343	
Debêntures			189.091
Valor justo das conversões futuras		20.547	

c) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

A Deliberação CVM nº. 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial. Durante o exercício de 2010, conforme nota explicativa nº 16, a Companhia reconheceu o impacto do valor justo das ações emitidas aos debenturistas, em função da conversão obrigatória das debêntures (15%) em ações da companhia, e projetou o impacto do valor justo das futuras conversões (2011, 2012 e 2013). Portanto, o prêmio de não conversão de 60% das debêntures (% máximo de conversão) foi estornado, restando provisionado somente o prêmio de não conversão das debêntures não convertidas em ações (40%).

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2010 e 30 de junho de 2011 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP e IPCA, para financiamentos junto ao BNDES e para as debêntures emitidas e CDI para aplicações financeiras.

A instrução CVM nº. 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Notas Explicativas

Conforme descrito na Nota 16, as debêntures emitidas pela Companhia são de caráter privado e tem características próprias, que impossibilitam a obtenção de um valor de mercado. Dessa forma, a Companhia considera que o valor contábil das debêntures é o mais próximo do valor de mercado para esses títulos.

Com relação aos financiamentos, referem-se a operações efetuadas dentro do Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – PROSOFT, para os quais o BNDES considera as condições de cada companhia, na obtenção do financiamento. Nessas condições, o valor registrado é o mais próximo do valor de mercado desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registrados a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,75% para o ano de 2011 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2011, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Operação	Saldos em 30 de junho de 2011	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	R\$ 201.712	CDI	12,25%	9,19%	6,13%
Receita financeira			R\$ 24.710	R\$18.537	R\$12.365

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2011, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e IPCA vigentes em 30 de junho de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2010. A data base utilizada para os financiamentos e debêntures foi 30 de junho de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 30 de junho de 2011	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
	R\$190.343		R\$ 14.276	R\$ 17.131	R\$ 19.986
Financiamentos - BNDES					
Taxa sujeita à variação		TJLP	6,00%	7,50%	9,00%
	R\$189.091		R\$ 17.645	R\$ 19.743	R\$ 21.964
Debêntures					
Taxa/índice sujeitos às variações		IPCA	5,00%	6,25%	7,50%
		TJLP	6,00%	7,50%	9,00%

Notas Explicativas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas ("covenants") normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Os principais riscos de mercado a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços de manutenção e serviços prestados a seus clientes e das vendas de licenças.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços e venda de licenças é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços e venda de licenças.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

i) Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP e IPCA e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

ii) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os passivos decorrentes de empréstimos e compromissos de compra em moeda estrangeira ou que reduzam os ativos decorrentes de valores a receber em moeda estrangeira.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos com operações financeiras com derivativos (*hedge* cambial) para proteger-se da variação cambial, uma vez que não possui operações com moeda estrangeira significativas.

Notas Explicativas

d) Operações com derivativos

Com exceção da operação de derivativos embutidos descrito na nota 16, a Companhia não possui operações com derivativos.

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Totvs controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos e debêntures, menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010	30 de junho de 2011	31 de dezembro de 2010
Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento mercantil	398.493	415.413	400.709	418.246
Obrigações por aquisição de investimentos	71.699	64.456	72.118	65.053
(-) Caixa e equivalente de caixa	(142.896)	(177.275)	(201.712)	(232.508)
(-) Títulos e Valores mobiliários	(59.714)	(55.849)	(60.133)	(56.446)
Dívida líquida	267.582	246.745	271.055	194.345
Patrimônio líquido	641.435	619.862	641.925	631.576
Patrimônio líquido e dívida líquida	909.017	866.607	912.980	825.921

Notas Explicativas

23. Plano de outorga de opção de ações

O plano de outorga de opções de ações da Companhia não apresentou alterações em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Outorga	Precificação de Opções (*)	Premissas valor justo			
		Expectativa de:		Taxa de juros livre de risco	Prazo Maturidade
		Dividendos	Volatilidade		
1ª	3,17	2,40%	37,94%	11,75%	4 anos
2ª	2,24	3,30%	38,54%	11,25%	4 anos
3ª	7,96	1,97%	37,37%	10,75%	4 anos
4ª	13,29 e 14,85	2,00%	37,37%	10,75%	4 anos

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

A movimentação das opções no período é demonstrada abaixo:

	Controladora e Consolidado (*)			
	30 de junho de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Quantidade	Preço Médio (R\$)	Quantidade	Preço Médio (R\$)
Saldo de opções de compra no início do exercício	5.190.780	8,35	1.922.470	2,748
Movimentações:				
Exercida	(260.500)	9,23	-	-
Concedidas			3.530.785	11,172
Canceladas			(262.475)	5,16
Saldo de opções de compras no fim do exercício	4.930.280	8,30	5.190.780	8,35

(*) Valores pós split de 21 de março de 2011.

O efeito acumulado no período findo em 30 de junho de 2011 é de R\$ 4.785 (R\$ 1.971 em 30 de junho de 2010), registrado como despesa de concessão de opções de compra de ação.

Em 30 de junho de 2011 existiam 739.765 opções exercíveis, uma vez que já transcorreu o prazo de 36 meses da data da 1ª outorga.

Notas Explicativas

24. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010 foram como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
<u>Receitas financeiras</u>				
Receitas de aplicações financeiras	10.317	5.962	12.250	7.275
Variação monetária ativa	(348)	361	(206)	562
Outras receitas financeiras	5.004	2.837	6.701	3.601
	14.973	9.160	18.745	11.438
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros pagos ou incorridos	(16.254)	(14.936)	(16.419)	(15.035)
Variação monetária passiva	(497)	(238)	(626)	(928)
Comissões e Despesas bancárias	(3.727)	(2.235)	(3.987)	(2.363)
Prêmio de não conversão	(9.306)	(4.195)	(9.306)	(4.195)
Outras despesas financeiras	(2.270)	(3.465)	(2.795)	(3.735)
	(32.054)	(25.069)	(33.133)	(26.256)
Financeiras líquidas	(17.081)	(15.909)	(14.388)	(14.818)

25. Plano de Previdência Privada – Contribuição definida

A Companhia mantém planos de previdência privada administradas pelo Itaú Vida e Previdência e HSBC, conforme abaixo:

a) Itaú Vida e Previdência a Companhia

Oferece o “Programa de Previdência Complementar TOTVS”, no qual são realizadas contribuições efetuadas pelos participantes e pela Companhia, descritas no Contrato de Adesão ao Programa. As contribuições são segregadas em:

- Contribuição Básica – contribuição efetuada pelo participante, correspondente a 2% do salário; no caso de estatutários a contribuição varia de 2% a 5%.
- Contribuição Voluntária – contribuições efetuadas exclusivamente pelos participantes, não havendo contrapartida da empresa.
- Contribuição da Empresa – correspondente a 100% da contribuição básica. A empresa poderá efetuar contribuições extraordinárias de valor e frequências livres.

Notas Explicativas

b) HSBC

Para os participantes que optaram por este plano de Previdência, a empresa assume a taxa administrativa do plano, que é de 0,95%. Sendo as contribuições mensais suportadas exclusivamente pelos participantes.

As parcerias firmadas são segregadas e a opção do participante por um dos planos depende do contrato firmado entre a instituição e a sua unidade.

A natureza dos planos permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por sua única e exclusiva decisão.

26. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os períodos findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Resultado básico por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	69.141	63.788	69.695	62.532
Denominador (em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	157.557	155.762	157.557	155.762
Resultado basico por ação	R\$ 0,44	R\$ 0,41	R\$ 0,44	R\$ 0,40

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Resultado diluído por ação				
Numerador				
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	69.141	63.788	69.695	62.532
Denominador				
(em milhares de ações)				
Média ponderada de número de ações ordinárias	157.313	155.762	157.313	155.762
Efeito da diluição				
• Opções de Ações	3.473	3.368	3.473	3.368
• Debêntures	4.817	5.380	4.817	5.380
Média ponderada de número de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	164.632	164.510	164.632	164.510
Resultado diluído por ação	R\$ 0,42	R\$ 0,41	R\$ 0,42	R\$ 0,40

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas Informações contábeis intermediárias

27. Despesas por Natureza

Em atendimento ao CPC 26 (IAS 1) (aprovado pela Deliberação CVM nº 595 – Apresentação das demonstrações Contábeis), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre as despesas operacionais por natureza para os períodos findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Insumos	(165.725)	(155.020)	(221.810)	(213.882)
Pessoal	(148.081)	(111.946)	(197.804)	(155.233)
Depreciação	(38.161)	(34.120)	(41.232)	(38.211)
Aluguéis	(8.624)	(6.942)	(9.583)	(7.794)
Outras	(28.932)	(22.758)	(37.906)	(29.589)
Soma	(389.523)	(330.786)	(508.335)	(444.709)

Notas Explicativas

28. Receita Bruta de vendas

Em cumprimento a legislação societária brasileira (art. 187 da lei 6.404/76) a companhia apresenta a seguir a Receita Bruta e as respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na Demonstração de Resultados da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receita Bruta	544.229	456.803	670.281	584.557
Deduções da receita bruta	39.557	39.453	50.067	54.007
Receita líquida	504.672	417.350	620.214	530.550

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Conselheiros e Diretores da
Totvs S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Totvs S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data, e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pela IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 25 de Julho de 2011.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6

Luiz Carlos Marques Anderson Pascoal Constantino
Contador CRC 1SP147693/O-5 Contador CRC 1SP190451/O-5